

5. Crise e renovação da esquerda na América Latina*

Há hoje uma crise na América Latina, para a qual se tornou repetitiva a afirmação de que os anos 80 foram uma década perdida. Por outro lado, há hoje uma crise da esquerda em todo o mundo — uma crise que começou há quase vinte anos e provavelmente está agora chegando ao seu auge e também ao seu final. Nos países desenvolvidos esta crise da esquerda é a crise do Estado do bem-estar e do keynesianismo. Nos antigos países comunistas é a crise do Estado e do estatismo. Na América Latina é também a crise do populismo e do nacional-desenvolvimentismo. É preciso repensar a esquerda na América Latina, como é preciso repensar a esquerda em todo o mundo. Na verdade é preciso repensar toda a América Latina, cuja crise, marcada pelo retrocesso da renda por habitante e pela explosão das taxas de inflação, levou à sua relativa marginalização pelo Primeiro Mundo.

A crise das três esquerdas

Entre os anos 30 e os anos 60 quem estava em crise era a direita. As duas guerras mundiais, o poder crescente dos sindicatos e a grande depressão dos anos 30 indicavam que o liberalismo econômico e o conservadorismo político eram incapazes de promover o desenvolvimento e garantir a paz social e internacional.

O velho conservadorismo liberal era uma filosofia social baseada nos princípios da tradição e da ordem social. Defendia a desigualdade em nome de direitos herdados. Era elitista quando não simplesmente racista. Esse conservadorismo morreu. Era também baseado na crença de que o mercado seria capaz de

* Trabalho escrito para o livro *Cinq-cents ans après la Conquête: les Latino-Américains parlent aux Européens* (Paris, Editions La Découverte, 1992). Versão anterior foi publicada em Lua Nova, n. 21, outubro de 1990.

regular de forma ótima a economia. Entretanto, essa crença liberal, que fora obrigada a passar para a defensiva a partir dos anos 30, renasceu nos anos 70 com grande força, modernizada, intelectualmente sofisticada. Surgia assim o neoliberalismo, exprimindo um pensamento de direita renovado e agressivo. Essa nova direita é a direita dos monetaristas, dos economistas das expectativas racionais e dos economistas e politólogos da escola da escolha racional. É uma direita que passa a adotar uma retórica baseada na eficiência e na competitividade. Que continua a colocar a ordem acima da justiça. Que mantém sua defesa da desigualdade, não mais, entretanto, em nome de direitos herdados, mas em nome do estímulo ao trabalho e em nome da eficiência.

Enquanto a direita recobrava forças, era a vez da esquerda de entrar em crise, a partir dos anos 70, depois do grande espasmo renovador representado pelos anos 60 e pela revolução da juventude em 1968. Essa crise terá uma causa básica: a estratégia de desenvolvimento da esquerda, que fora bem sucedida entre os anos 30 e os anos 60, deixara de sê-lo a partir aproximadamente dos anos 70.

Entre os anos 30 e os anos 60 a estratégia de desenvolvimento da esquerda foi dominante no mundo e particularmente na América Latina.¹ São três as esquerdas relevantes nesse período para a análise histórica: na União Soviética, a partir de 1917, a esquerda comunista é dominante; nos países capitalistas desenvolvidos a esquerda social-democrata e a esquerda keynesiana (progressista ou “liberal” segundo a terminologia norte-americana) do Estado do bem-estar definem os rumos fundamentais da sociedade; nos países subdesenvolvidos em fase inicial de industrialização é a esquerda intervencionista e protecionista, nacional-desenvolvimentista, que estabelece a estratégia básica de desenvolvimento.

Essas três esquerdas, todas marcadas por um forte componente social tecnoburocrático², haviam substituído, a partir dos anos 30, a direita no papel de definir as linhas mestras da estratégia econômico-social. Elas foram inicialmente bem sucedidas. A crise econômica, que permitira que chegassem ao poder, foi superada durante a Segunda Guerra Mundial; os países se desenvolveram, avanços sociais foram alcançados, especialmente nos dois primeiros casos. Mas no final dos anos 60 os problemas já começavam a se acumular. E nos anos 70 o modelo de desenvolvimento patrocinado pela esquerda esgotou-se em todo o mundo.

Estamos descrevendo um ciclo político, mas a ele se soma um ciclo econômico — as ondas longas de Kondratieff — e um ciclo de intervenção do Estado na economia. São esses ciclos que

chegam ao auge e iniciam a reversão cíclica no início dos anos 70. Nos países capitalistas o crescimento do produto *per capita* entra em desaceleração. A taxa de crescimento da renda por habitante reduz-se para a metade do que era nos vinte anos anteriores. As taxas de desemprego aumentam. No outro extremo, o estatismo do tipo soviético, que se pretendia socialista porque eliminara a propriedade privada dos bens de produção, revela-se incapaz de prosseguir o crescimento inicial — um crescimento baseado fundamentalmente na mobilização forçada de recursos. A crise do estatismo é desencadeada pelo lançamento da *perestroika* em 1986 e alcança o auge em 1989, com a revolução democrática da Europa Oriental, quando o comunismo entra em decomposição. Finalmente, o protecionismo intervencionista do Terceiro Mundo e particularmente da América Latina, que fora bem sucedido em estabelecer as bases da industrialização, esgota-se durante os anos 60, mas, através do endividamento externo, terá uma sobrevida nos anos 70. A estagnação, se não o retrocesso da renda por habitante e as altas taxas de inflação, que dominam a América Latina nos anos 80, demonstram o fracasso definitivo do velho modelo populista nacional-desenvolvimentista.

A crise das esquerdas é também a crise das estratégias de desenvolvimentos por elas patrocinadas. De repente as esquerdas se vêem sem um projeto claro de desenvolvimento. A estratégia do Estado do bem-estar nos países do Primeiro Mundo, a estratégia da mobilização industrial dos países comunistas, e a estratégia protecionista do Terceiro Mundo haviam-se esgotado.

Para superar sua crise a esquerda precisa de uma nova estratégia de desenvolvimento. Deve definir um novo projeto. Neste artigo examinarei esse problema concentrando minha atenção na América Latina.

O velho diagnóstico e a velha estratégia

Na América Latina a grande depressão dos anos 30 marca a crise do domínio oligárquico, conservador, de direita, e a ascensão ao poder de governos e partidos políticos populistas nacional-desenvolvimentistas. O populismo não é exatamente uma ideologia e uma prática política de esquerda, mas os partidos de esquerda na América Latina participaram dos governos populistas e com eles em grande parte se confundiram, ainda que alguns setores mais radicais da esquerda fossem freqüentemente reprimidos por esses governos. A relativa identificação da esquerda latino-americana com o populismo nacional-desenvolvimentista é válida tanto para os setores políticos de esquerda moderados, reformistas, como para a esquerda comunista.

Nos termos do pacto populista essa esquerda aliava-se aos empresários industriais, a setores modernizantes da oligarquia agrário-comercial, às classes médias tecnoburocráticas e intelectualizadas (onde residia a força da esquerda) e aos trabalhadores urbanos. E cabia a ela a liderança intelectual na definição do diagnóstico do subdesenvolvimento latino-americano e no estabelecimento da estratégia de desenvolvimento.

O diagnóstico que, entre os anos 30 e os anos 50, o populismo nacional-desenvolvimentista fez da América Latina era muito simples e basicamente correto. A América Latina era uma região subdesenvolvida, agroexportadora, em transição do pré-capitalismo ou do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial. A causa do subdesenvolvimento ou, mais precisamente, o obstáculo principal ao desenvolvimento estava no caráter primário-exportador das economias latino-americanas e na troca desigual que se estabelecia entre os produtos industrializados do centro e os produtos agrícolas e minerais da periferia. A indústria na América Latina era uma indústria infante, permanentemente ameaçada pela concorrência dos países industriais. A burguesia agrário-mercantil, aliada ao imperialismo inicialmente inglês e depois norte-americano, opunha-se à industrialização, que prejudicava seus interesses, usando de argumentos liberais, particularmente da lei das vantagens comparativas do comércio internacional, para justificar sua oposição à industrialização, considerada “artificial”.

A partir desse diagnóstico econômico e político a estratégia populista nacional-desenvolvimentista era muito simples e coerente. A industrialização foi definida como o objetivo fundamental. Para industrializar era preciso adotar uma posição basicamente nacionalista de proteção contra o imperialismo, ou, mais diretamente, contra a concorrência estrangeira. Uma indústria infante, nascente, sugeria o protecionismo como estratégia fundamental para promover a industrialização. Já existia um mercado interno em cada país, que variava em tamanho de acordo com a população e a renda por habitante do país. Esse mercado, desde que devidamente protegido, poderia ser suprido pela indústria nacional. Daí o modelo de industrialização substitutiva de importações. Nos casos em que o simples levantamento de barreiras contra a importação não fosse suficiente para estimular o investimento privado — especialmente nos setores infra-estruturais intensivos em capital, como energia, transporte e insumos básicos — o Estado investiria diretamente.

Essa estratégia de longo prazo era completada por uma tendência populista a, no curto prazo, ignorar ou minimizar os limites impostos pelo orçamento público. Ajustamento, estabilização eram palavras proibidas ou malvistas. O déficit público era

entendido como uma forma “keynesiana” de estimular a demanda efetiva e combater o desemprego e a capacidade ociosa. Também os aumentos nominais de salários (que afinal não se transformavam em aumentos reais devido à aceleração da inflação) eram entendidos como formas “keynesianas” de estimular a demanda efetiva. O endividamento externo era visto como uma forma mais adequada de financiamento do desenvolvimento do que os investimentos diretos das empresas multinacionais. Como, entretanto, não havia capitais de empréstimo prontos para serem tomados, a América Latina contentava-se com os investimentos das multinacionais. Estas sofriam a oposição dos setores nacionalistas mais extremados do pacto populista, mas eram em princípio aceitas pela corrente dominante. O nacionalismo era apenas protecionista: protegia a indústria local contra a concorrência das importações, não se opondo aos investimentos diretos das empresas multinacionais.

Esse modelo estava sujeito a crises recorrentes, devido ao caráter populista das políticas econômicas. O ciclo populista caracterizava-se, inicialmente, pelo aumento dos salários e pela expansão da economia, em um segundo momento pela inflação e pelo desequilíbrio do balanço de pagamentos, e finalmente por uma crise política, pela mudança das autoridades econômicas, e pela adoção de programas ortodoxos de estabilização.

Apesar disso a estratégia populista nacional-desenvolvimentista foi dominante e basicamente bem-sucedida na América Latina entre os anos 30 e os anos 60. O pacto populista que presidia essa estratégia teve, naturalmente, suas dissensões internas. A esquerda tendia a ser mais estatizante e nacionalista que os empresários industriais. Estes nem sempre estavam dispostos a aceitar o diagnóstico e a estratégia propostos por considerá-los estatizantes ou nacionalistas, mas, na prática, se incorporavam e se beneficiavam do nacional-desenvolvimentismo populista. E os resultados foram positivos. A industrialização teve um grande impulso na América Latina a partir dos anos 30. E até os anos 60 o êxito da estratégia foi indiscutível. Basta examinar os dados sobre o crescimento do produto e sobre o aumento da participação da indústria nesse produto em crescimento acelerado.

Curiosa ou significativamente essa estratégia da esquerda não promovia a distribuição de renda. O nacionalismo, o desenvolvimentismo, o protecionismo, a prioridade ao mercado interno, a poupança forçada realizada pelo Estado e sua aplicação seja na constituição de empresas estatais seja no subsídio às empresas privadas eram pontos básicos da política econômica da esquerda, mas favoreciam fundamentalmente a acumulação privada. Isso explica como foi possível que essa estratégia, a

partir dos anos 60, deixasse de ser de esquerda para ser a estratégia de desenvolvimento nacional da própria direita latino-americana.

O autoritarismo e a exclusão da esquerda

Nos anos 60 já temos os primeiros sintomas claros da crise da estratégia de desenvolvimento populista. Os regimes tecnoburocrático-capitalistas autoritários que se instalam então, a partir e tendo como modelo a Revolução de 1964 no Brasil, são uma resposta a essa crise. Na verdade, são uma tentativa de prolongar o modelo de industrialização nacional-desenvolvimentista com a exclusão radical da esquerda e dos trabalhadores, que no período populista ainda tinham alguma voz. É significativo, entretanto, que a direita, que agora assume o poder sozinha, sem dividi-lo com a esquerda como ocorrera na fase anterior, não tem nenhuma proposta alternativa a fazer. O objetivo continua sendo a industrialização; a estratégia básica, a substituição de importações e o desenvolvimento das empresas estatais. Esta última característica aliás se acentua, já que os regimes autoritários eram fruto da aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal, cujo poder se origina por definição no Estado.

Há apenas uma grande novidade na estratégia de desenvolvimento da direita autoritária além do seu caráter “modernizante” pretendidamente antipopulista: o endividamento externo. Esse endividamento, que não fora possível nos decênios anteriores, agora se tornara viável. A formação financeira do eurodólar e a necessidade de reciclagem dos petrodólares tornam a oferta de capitais de empréstimos abundante nos anos 70. Todos os países latino-americanos se endividam. O endividamento dos anos 70 foi a forma por excelência através da qual os regimes autoritários associados ao capitalismo internacional garantiram uma sobrevida à velha estratégia de desenvolvimento inicialmente proposta pela esquerda.

A esquerda, nesse período, particularmente nos anos 70, procura fazer a sua autocrítica. Mas essa autocrítica é muito limitada. Percebe que até os anos 60 não dera a importância devida à democracia, e passa a fazê-lo. Percebe também que as empresas multinacionais não eram necessariamente contrárias ao desenvolvimento, e passa a admiti-las mais francamente. Percebe, finalmente, o caráter altamente concentrador do modelo de industrialização vigente, mas atribui esse fato às políticas autoritárias, particularmente às tentativas de promoção das exportações de manufaturados que então ocorrem, em vez de perceber sua relação direta com o modelo de substituição de importações.

A autocrítica pára aí. O próprio modelo de substituição de importações e o protecionismo em que se baseia não são criticados. O mercado interno continua a ser prioritário. A competitividade internacional, ignorada. O desenvolvimento tecnológico, que recebe corretamente crescente prioridade, é vítima de uma analogia com o modelo de substituição de importações. O objetivo no plano científico e tecnológico é também a autarquia, a competência — na verdade inviável — em todos os setores, em lugar da excelência em alguns setores em que pode haver competitividade internacional. Por outro lado, no plano da política econômica de curto prazo, as idéias de estabilização econômica, de ajustamento fiscal, de eliminação do déficit público, de austeridade continuam proscritas. São invenções “monetaristas”, são propostas do Fundo Monetário Internacional, são criações da direita. Keynes é invocado de forma espúria para justificar essas posições, como economistas tão díspares quanto Marx e Schumpeter haviam sido invocados para justificar o diagnóstico do subdesenvolvimento e a estratégia mais geral de desenvolvimento.

Um diagnóstico e uma estratégia superados

A estratégia populista nacional-desenvolvimentista já estava, nos anos 70, em plena crise, porque o seu diagnóstico e a sua estratégia de desenvolvimento haviam perdido validade. A esquerda, entretanto, não se dava conta de sua própria crise porque o projeto legítimo de redemocratização mobilizava todas as suas forças. Nos anos 70 não apenas a esquerda, mas também a direita não haviam percebido que o velho diagnóstico não mais explicava a América Latina e que portanto era necessária uma nova estratégia para estabilizar a economia e retomar o desenvolvimento.

O diagnóstico deixara de ser correto porque fora superado pelos fatos. A América Latina já não era mais um continente em transição para o capitalismo; tornara-se plenamente capitalista, ainda que seu capitalismo fosse excludente e arcaico. A indústria na América Latina já não era mais uma indústria infante, mas uma indústria madura, ainda que apenas alguns setores em alguns países fossem internacionalmente competitivos. A falta de competitividade internacional de muitas empresas não se devia ao caráter nascente da indústria, mas às dimensões insuficientes do mercado nacional e ao desestímulo em incorporar progresso técnico e aumentar a produtividade que um mercado interno excessivamente protegido representava para os empresários e administradores locais.

Em conseqüência, a velha estratégia de desenvolvimento perdera funcionalidade. Se o modelo de substituição de importações se esgotara nos anos 60 era preciso agora voltar as economias latino-americanas para as exportações e para a competitividade internacional. Se o Estado fora o principal agente da poupança forçada e da acumulação de capital, agora era preciso transferir essas funções para o setor privado. Sabemos historicamente que tanto o modelo de substituição de importações quanto o processo de forte intervenção do Estado na economia são efetivos nos primeiros estágios da industrialização, mas sabemos também que, em uma segunda fase, os países devem adotar uma estratégia orientada para o mercado, voltada para as exportações, uma estratégia voltada mais para a eficiência na utilização dos recursos que para a mobilização dos mesmos.

Entretanto, graças ao endividamento externo, foi possível para os regimes autoritários adiar a mudança da estratégia de desenvolvimento e a adoção de medidas de ajustamento fiscal. Esse adiamento levou ao agravamento do desequilíbrio das economias latino-americanas altamente endividadas. Na verdade, terminado o processo de endividamento, no final dos anos 70, o Estado tornara-se não apenas excessivamente grande, mas também vítima de uma crise fiscal. Terminava um ciclo de crescimento do Estado e agora era necessário reduzi-lo, era necessário realizar o ajuste fiscal, sanear as finanças públicas, privatizar, desregular, liberalizar o comércio, para, em seguida, dar condições a um Estado renovado de intervir em outras áreas — na área do desenvolvimento tecnológico voltado para a competitividade internacional e na área social.³

Nos anos 80 uma esquerda dos anos 50

Nos anos 80, entretanto, quando a crise das economias latino-americanas afinal se desencadeou, a partir da crise da dívida externa, era o momento de a esquerda tomar consciência da superação do diagnóstico e da estratégia nacional-desenvolvimentista de cuja definição fora a principal responsável entre os anos 30 e os anos 50. Essa tomada de consciência vem ocorrendo, mas de forma muito lenta. Há ainda amplos setores da esquerda que continuam a pensar em termos das idéias nacionalistas e estatizantes dos anos 50. É uma esquerda arcaica, que confunde o que é essencial na esquerda, o que é essencial para uma política socialmente progressista, com uma estratégia de desenvolvimento que deve mudar porque mudaram as condições objetivas que lhe deram origem.

A direita latino-americana, que no poder havia também adotado a estratégia nacional-desenvolvimentista, compreendeu mais depressa. Era mais fácil para ela, já que a crítica sobre a forma e a intensidade da intervenção do Estado é natural para a direita. E também porque o nacionalismo é sempre uma violência para a direita em virtude de sua vinculação ideológica com o capitalismo internacional.⁴ O pensamento da direita, entretanto, tende a ser aistórico. Em vez de entender que um modelo inicialmente eficiente de desenvolvimento — um modelo baseado no protecionismo e na intervenção do Estado — se esgotara, a direita afirmará que ele sempre fora errado. Em vez de compreender que a intervenção do Estado tem um caráter cíclico, tendendo a reduzir a sua intensidade e a mudar o seu caráter a cada ciclo, a direita dirá que chegou agora a vez do Estado mínimo. Dessa forma a direita latino-americana não fará outra coisa senão repetir a retórica da direita internacional, a retórica do neoliberalismo, que sabemos vazia, porque não representa uma alternativa real ao Estado do bem-estar que a esquerda social-democrata construiu nos países desenvolvidos.

Desde meados dos anos 80, entretanto, estamos assistindo a um crescente processo de tomada de consciência da esquerda moderada, social-democrata, da sua própria crise e da necessidade de se modernizar. À crise da velha estratégia de desenvolvimento soma-se a crise da esquerda em nível mundial, marcada pela falência do comunismo e pela comprovação de que a simples eliminação da propriedade privada está longe de conduzir ao socialismo.

Uma nova esquerda já vinha surgindo desde os anos 70 nos países centrais, da qual a revista *New Left Review* é apenas um dos sintomas. De um lado as distorções estatismo-comunistas e a redução do pensamento de Marx a uma ortodoxia são fortemente criticados. De outro, temos novas realidades: os movimentos ecológicos, o movimento feminino, o entendimento da democracia como um processo radical de transformação, a luta por condições de trabalho menos alienantes nas quais, através da participação, se estimule a criatividade dos trabalhadores. De outro lado ainda temos a compreensão por parte dos partidos social-democratas que chegavam ao poder que o seu desafio fundamental no plano da política econômica estava em administrar o capitalismo, que por muito tempo ainda será a nossa realidade, de forma mais competente que os capitalistas. Resultava daí a adoção pela esquerda de políticas macroeconômicas modernas, geralmente de origem keynesiana, mas autenticamente keynesiana e não keynesiana espúria, populista, como fizera a velha esquerda.

Todas essas novas idéias e tendências, vindas de muitos lados, se incorporaram à nova esquerda. Em conseqüência surge uma nova esquerda no mundo e na América Latina. Uma esquerda moderna, em oposição à esquerda arcaica, à esquerda latino-americana dos anos 50.

A velha esquerda e o populismo nacional-desenvolvimentista continuam, porém, a existir. A existir não apenas nos partidos políticos, mas também nas mentes de muitos que se pretendem de esquerda ou que, sendo de direita, criticam a esquerda identificando-a com a esquerda arcaica. Essa velha esquerda não compreende as mudanças na América Latina, não compreende que a estratégia da esquerda mudou ou precisa mudar, e acusa aqueles que já mudaram de serem conservadores, de pertencerem à direita. Minha experiência pessoal no Ministério da Fazenda, em 1987, foi muito clara nesse sentido.⁵ Por outro lado, intelectuais e políticos de direita não percebem que a esquerda mudou ou está mudando e continuam a defini-la em termos da esquerda arcaica.

A nova esquerda, entretanto, já é uma realidade. É uma realidade que governa na França, que governa na Espanha, que governou em Portugal. Na América Latina ainda não governou, mas o fará mais cedo ou mais tarde. No Chile talvez tenhamos a primeira experiência latino-americana de um governo de esquerda moderno. A nova esquerda rejeita o populismo, rejeita o nacionalismo, rejeita a estratégia protecionista, rejeita o desequilíbrio crônico das finanças públicas que definiam a velha esquerda. Rejeita por outro lado o cosmopolitismo, a crença na boa vontade permanente dos países desenvolvidos, rejeita o neoliberalismo defensor retórico do Estado mínimo, rejeita o individualismo e o pessimismo radical quanto à possibilidade de solidariedade social, rejeita o produtivismo impiedoso da nova direita. A nova esquerda afirma o valor transformador da democracia, estabelece como objetivo fundamental uma distribuição de renda mais justa, está pronta para arriscar a ordem em nome da democracia e da justiça social, afirma a superioridade do mercado na coordenação da economia mas não dispensa a ação complementar do Estado na área social e na promoção da ciência e da tecnologia, propõe a adoção de novas formas participativas de trabalho nas empresas, dispõe-se a administrar e julga-se capaz de administrar o capitalismo melhor que os próprios capitalistas. A nova esquerda sabe que a social-democracia não é a resposta para todos os problemas do mundo ou da própria esquerda, mas está convicta de que através do desenvolvimento de um capitalismo social-democrata será possível um dia chegar ao socialismo democrático.

Notas

1. A expressão “esquerda” na América Latina é muitas vezes confundida com extrema-esquerda. Neste trabalho temos apenas esquerda e direita (não temos “centro”, que geralmente é um eufemismo para esconder a direita). E a esquerda inclui desde a extrema-esquerda até a centro-esquerda.
2. A esquerda sempre pretendeu ter como base social os trabalhadores, os proletários, mas em menor ou maior grau os intelectuais ou, mais amplamente, os tecnoburocratas que sempre constituíram a base e a liderança da esquerda.
3. Estamos supondo que o Estado se desenvolva através de um processo cíclico semelhante aos ciclos econômicos longos. Estado e mercado são fatores complementares na coordenação de uma economia. Diante das limitações do mercado o Estado tende a aumentar sua intervenção na economia. Esta intervenção é inicialmente bem-sucedida, mas em seguida começam a surgir as distorções que acabam produzindo uma crise fiscal e a necessidade da redução do Estado.
4. É o oposto do que acontecia com a esquerda, que tendia muitas vezes a ser nacionalista a partir do fato de que os países “imperialistas” são também capitalistas. Afinal o nacionalismo da esquerda (e também o da direita) se transformava em um antiamericanismo, da mesma forma que o “entreguismo” ou cosmopolitismo da direita era a forma que esta encontrava de se identificar com o capitalismo dos países centrais.
5. A partir de meu discurso de posse (29-4-1987), em plena crise do Plano Cruzado, quando declarei a necessidade de um ajustamento da economia brasileira e de um aumento de exportações, comecei a ser chamado de “conservador”. A partir daquele mesmo dia ficou claro para mim que uma das tarefas importantes da esquerda na América Latina era definir o que era um pensamento e uma política econômica progressistas.